

Influência da formação em Sociologia no desempenho de cargos políticos: O sociólogo e o político

Inês Tavares¹

Resumo: Neste artigo pretende-se analisar a influência da formação em sociologia em detentores ou ex-detentores de cargos políticos, com base num trabalho de investigação centrado na aplicação de entrevistas semi-diretivas. Os resultados são reveladores do modo como a formação em sociologia influencia a atividade política, em termos teóricos e instrumentais. Contudo, essa influência varia consoante as diferentes perspetivas face à atividade política e à própria sociologia, distinguindo-se sobretudo em função dos partidos políticos dos entrevistados e da atividade que ocupam atualmente (sociologia ou política, consoante os casos).

Palavras-chave: formação em sociologia; atividade política, contexto académico

Abstract: This article analyses the influence of academic training in sociology in individuals which hold or held political offices, through semi-directive interviews conducted in an research. The results reveal the ways in which sociology influences political activity theoretically and instrumentally. However, this influence varies based on different perspectives about political activity and sociology itself, mainly distinguishable with basis on the political party of the interviewees and the activities which they are currently involved in (sociology or politics, whichever the case it may be).

Keywords: sociological training; political activity; academic context.

Breve enquadramento do trabalho

Com o presente artigo pretende-se analisar a influência da formação em sociologia em detentores ou ex-detentores de cargos políticos, com o objetivo de compreender como é que a formação em sociologia influencia o exercício de cargos políticos. De acordo com António Firmino da Costa (2004), a formação em sociologia influencia a maioria dos profissionais (mesmo que exerçam noutras áreas) no seu trabalho quotidiano, especialmente na forma de pensar e nas metodologias.

1. Licenciada em Sociologia pelo ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, estudante de mestrado em Sociologia no ISCTE-IUL e bolsreira de investigação do CIES-IUL.

Este artigo tem por base um trabalho de investigação realizado em contexto académico, no âmbito da Unidade Curricular de Laboratório de Ética e Profissão, do curso de licenciatura em Sociologia do ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa. A metodologia da pesquisa assentou numa entrevista semi-diretiva feita a quatro detentores ou ex-detentores de cargos políticos com formação em sociologia, e que representam quatro partidos políticos diferentes. Na escolha dos entrevistados, procurou-se garantir a diversidade e pluralidade, a diferentes níveis. Assim, os quatro entrevistados exercem ou exerceram funções enquanto deputado(a)s na Assembleia da República, no Parlamento Europeu e ministro(a) do Governo Português, representando o Partido Social Democrata (PSD), o Partido Socialista (PS), o Partido Comunista Português (PCP) e o Bloco de Esquerda (BE). Dois dos entrevistados estão atualmente ligados à carreira académica (os ex-detentores de cargos políticos) e os outros dois exercem atividade política a tempo inteiro.

As questões colocadas aos entrevistados relacionam-se com diferentes dimensões: 1) motivos para a escolha do curso de sociologia; 2) acontecimentos ou experiências marcantes; 3) modo como a formação em sociologia influencia a atividade política; 4) motivações para a atividade política; 5) articulação entre a sociologia e a política; 6) utilização da sociologia na atividade política; 7) fatores comuns entre os sociólogos e os políticos; 8) distinção entre os sociólogos e os políticos; 9) forma de identificação (sociólogo ou político); 10) realização de trabalhos de natureza sociológica em simultâneo com a atividade política; 11) sociologia, enquanto dimensão académica ou prática profissional; 12) possibilidade futura de voltar a exercer atividade política ou sociológica.

Neste trabalho de investigação, tenta-se compreender o papel profissional dos sociólogos que desempenham cargos políticos, tendo presente que os papéis profissionais se caracterizam por ser plurais e multidimensionais e, por outro lado, como afirma Fernando Luís Machado (1996), estes nunca estão, seja em que domínio for, definitivamente fixados.

Motivações para a formação em sociologia

Relativamente aos *motivos para a escolha do curso de sociologia*, verifica-se que os entrevistados apontam razões diferentes: a intervenção política e social (PCP), o sentido crítico e a desmistificação (BE), a influência da experiência anterior de voluntariado

(PSD) e o desafio de criar uma nova ciência em Portugal (PS). Relativamente a este aspeto, um(a) do(a)s entrevistado(a)s refere que *quando soube que tinha sido criado o curso de sociologia numa instituição nova que era o ISCTE, que tinha acabada de ser formada, no ano do 25 de Abril, em 1974, acabei por achar interessante o desafio de estudar uma área de conhecimento completamente nova, que antes do 25 de Abril era proibida. O Salazar confundia sociologia com socialismo.* De facto, o curso de sociologia nasceu em Portugal após o 25 de Abril de 1974, no ISCTE, e em 1985 surge a Associação Portuguesa de Sociologia (APS), a Associação de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho (APSIOT) e o Centro de Investigação de Estudos de Sociologia (CIES), fundamentais para o desenvolvimento da sociologia portuguesa. Em 1962, fundou-se o Gabinete de Investigação em Sociologia (GIS) – que deu origem, em 1982, ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, - e foi pioneiro nos primeiros estudos sociológicos realizados em Portugal, nomeadamente os trabalhos de Adérito Sedas Nunes, onde está presente a preocupação de desconstrução da compreensão da realidade social (“o problema sociológico fundamental não é o crime, mas sim a lei, não é o divórcio, mas sim o casamento, não é a revolução, mas sim o haver governo” (Nunes, 1979, pp. 815).

Os professores do ensino secundário tiveram particular influência na escolha de dois entrevistados. No momento da escolha do curso, dois dos entrevistados pensaram em seguir outros cursos nas ciências sociais como história ou economia e uma das entrevistadas refere-se à multidisciplinariedade presente na sociologia como um ponto importante.

Quanto aos *acontecimentos ou experiências marcantes* que influenciaram positivamente as suas práticas profissionais, verificam-se diferenças importantes entre os entrevistados dos partidos que habitualmente fazem parte dos governos (PSD e PS) e os entrevistados dos partidos que se costumam situar na oposição (PCP e BE). De facto, os primeiros salientam fatores pragmáticos relacionados com as medidas concretas que conseguiram levar a cabo ou influenciaram as tomadas de decisão e respetiva aprovação, conforme ilustra o seguinte depoimento: *Olhe, uma assim que me deu alguma satisfação pessoal porque estive envolvida foi o facto de conseguir que o governo... Ou ter sido um*

bocadinho pioneira estar envolvida no processo que levou a que o governo lançasse um conjunto de medidas relativamente às novas drogas, às vendidas nas smart shops.

Por sua vez, os segundos salientam a transformação e radicalização do discurso político, no caso do entrevistado do BE, embora também apontando a despenalização do aborto, afirma que foi a transformação do discurso político, o assumir conflitos, levar autores, poesia e cultura para o discurso e radicalizar o discurso com essa cultura. A entrevistada do PCP afirma que as experiências marcantes relacionam-se com o facto de estar contra a corrente, romper com o consenso e contactar com outras pessoas de forma a *ecoar e refletir a voz daqueles que são mais injustiçados, e poder transformar isso ou em intervenções no parlamento ou em propostas que alterem as políticas.*

Relação entre a formação em sociologia e a atividade política

Em relação à *forma como a formação em sociologia influenciou a sua atividade política*, todos os entrevistados reconhecem essa influência, embora de formas diferentes, ou porque a sociologia alberga um *leque variado de ideologias, orientações, visões* que lhe foram úteis ou porque a formação em sociologia permite relacionar assuntos, multidisciplinidade, sistematização, comparar realidades, obter o máximo de informação possível, estar atento a fenómenos sociais ou olhar para um problema e avaliar o seu impacto. Por sua vez, dois entrevistados sustentam que uma das influências consiste na utilização da estatística. Assim, verifica-se que estes entrevistados são influenciados quotidianamente na sua atividade política pela formação em sociologia. Esta influência pode assumir diversas formas mas é ilustrada de forma particularmente interessante pelo seguinte depoimento: *Mas acho que esse bichinho, sabes, como é que te hei-de dizer? Nós ficamos, eu acho... Enfim, quem gosta muito da sociologia, da perspicácia sociológica, de estar sempre a tentar perceber... As recomposições sociais, etc, está sempre a tentar fazer uma teoriazinha, a colocar uma hipótese na cabeça e isso acontece-me muitas vezes. Depois são ideias com que eu fico às vezes, podia fazer um estudo sobre isto ou sobre aquilo mas o tempo não dá... Mas eu acho que nesse sentido há uma vigilância, quem faz um curso deste tipo tem uma vigilância sobre a realidade social que é diferente porque vê de uma forma diferente e está sempre a querer, estamos*

sempre a fazer hipóteses na nossa cabeça, será que se está a alterar desta forma? E acho que isso advém da minha formação, não tenho dúvidas.

Sobre as *motivações para a atividade política* em determinada fase das suas vidas, sobrepondo-se à carreira em sociologia, os cargos ocupados parecem ter influência, pois os cargos parlamentares envolvem habitualmente uma índole mais partidária e os cargos ministeriais uma componente mais técnica. Assim os entrevistados que são ou foram deputados ou eurodeputados afirmam terem estado sempre envolvidos na atividade política partidária e, conseqüentemente, a determinada altura seguiram por esse rumo, por outro lado, a entrevistada que ocupou um cargo ministerial, afirma que foi uma oportunidade que surgiu, uma vez que trabalhava na área da educação, com estudos sobre a mesma mas sempre teve como plano regressar à carreira académica.

No que concerne à *articulação existente entre a sociologia e a política*, os dois ex-detentores de cargos políticos que atualmente exercem sociologia defendem que há uma “ligação fatal” e muito estreita entre a sociologia e a política, pois a sociologia tem preocupações de intervenção social para melhorar e compreender o mundo, e os políticos usam a sociologia para os processos de tomada de decisão. Os atuais detentores de cargos políticos e que, como tal, alegadamente não exercem atualmente sociologia, afirmam que a sociologia chama a atenção para determinadas causas e, por outro lado, está enquadrada em várias vertentes da sociedade, nomeadamente os seus estudos auxiliam a atividade política. Relativamente a este último aspeto, todos os entrevistados estão de acordo que os estudos sociológicos auxiliam a atividade política e ajudam os políticos a argumentar, a sustentar as suas ideias e a compreender a sociedade, havendo uma articulação forte entre ambos. Os entrevistados defendem que os políticos utilizam a sociologia e que sociologia também utiliza a política, uma vez que a própria sociologia tem intervenção política, pois não existe neutralidade total no trabalho científico e, conseqüentemente, a sociologia tem o papel de chamar a atenção para determinadas causas e problemas (políticos).

Uma das entrevistadas explicita de forma particularmente significativa a articulação existente entre a sociologia e a política: *Um dos trabalhos de investigação empírica fundador no próprio GIS, da própria sociologia em Portugal, desse período, já dos anos 60, final dos anos 50, anos 60, um estudo sobre o funcionamento das universidades e*

sistemas de ensino em Portugal, que veio a basear algumas das decisões da reforma Veiga Simão para o ensino; um estudo que dá um contributo muitíssimo importante para se compreender quais são os bloqueios de funcionamento da universidade em Portugal do final dos anos 50, início dos anos 60... E que veio a inspirar mais tarde políticas públicas na área do ensino superior, marcadas pela abertura, pela democratização do acesso, pela diversificação dos modelos de organização que foram... que estavam desenhados na reforma Veiga Simão. Portanto, mesmo em Portugal, temos muitos exemplos de como a matriz original da sociologia contém preocupações que podemos dizer associadas à intervenção e à melhoria do funcionamento, do equilíbrio das sociedades modernas, como é a nossa sociedade portuguesa, neste caso.

Sobre a utilização da sociologia na atividade política, os quatro entrevistados afirmam que utilizam ou utilizaram o conhecimento sociológico na sua ação política, embora todos apontem formas e instrumentos sociológicos diferentes que dizem utilizar ou ter utilizado. A ex-ministra afirma que utilizou as estatísticas, a eurodeputada refere que lê artigos sociológicos (inclusive feitos pelo Parlamento Europeu) e que gostaria de ler e utilizá-los mais, mas não tem tempo (uma desvantagem dos políticos para com os sociólogos, na sua opinião). Relativamente à deputada e ao ex-deputado, a primeira refere que utiliza diferentes contributos da sociologia, e o segundo afirma que utilizou muitas referências a estudos ou a sociólogos. Assim, a atividade política pode-se suportar de diversos instrumentos disponibilizados pela sociologia.

Sobre os fatores comuns entre os sociólogos e os políticos, quando questionados sobre o que os sociólogos e os políticos têm em comum, os ex-detentores de cargos políticos consideram ser a análise da sociedade e a intervenção e ação sobre a sociedade, uma vez que ambos a analisam e a transformam, tendo uma orientação para a resolução dos problemas. Os atuais detentores de cargos políticos consideram que a sociologia e a intervenção política têm em comum estarem atentos à realidade social, terem influência na sociedade e a retórica no discurso. Enquanto os indivíduos que exercem cargos políticos atualmente, constataam que têm em comum aspetos mais instrumentais, os ex-detentores de cargos políticos consideram terem em comum a transformação da sociedade ou o poder para tal, o que poderá dever-se ao facto de estes terem uma posição “exterior”, também influenciada pelo seu retorno à profissão de sociólogo.

Relativamente à *distinção entre os sociólogos e os políticos*, nota-se uma clara diferença de opiniões consoante o partido político que representam. Os entrevistados do PCP e do BE defendem que a distinção reside no facto de os sociólogos terem maior nível de aprofundamento e conhecimento dos temas, enquanto os políticos necessitam de ser bons atores, pois têm maior exposição mediática; por sua vez, os entrevistados do PSD e do PS afirmam que os políticos têm o poder de responsabilidade e decisão e, assim, têm o poder da ação, enquanto os sociólogos detêm o conhecimento. As forças partidárias mais à esquerda defendem que ambos têm poder de ação, embora os políticos com menos grau de aprofundamento científico e de conhecimento, enquanto as forças partidárias mais à direita concordam que os políticos têm poder de ação e os sociólogos apenas de conhecimento. Tais orientações relacionam-se com as diferentes formas de conceber a política e a sociologia, ou seja, a perspetiva marxista de que compete à ciência, e como tal à sociologia, transformar o mundo pela sua ação e pelo conhecimento que detém, e a perspetiva weberiana de que compete à sociologia compreender o mundo, estando destinados diferentes papéis ao cientista (conhecimento) e ao político (ação).

O depoimento de um dos entrevistados ilustra a perspetiva marxista face à relação entre a ciência e a política: *Há uma frase do José Madureira Pinto, um dos fundadores da sociologia em Portugal, que diz que os sociólogos são aprendizes da transformação do mundo. A política é um dispositivo para essa transformação. Digo bem, dispositivo, ou seja, eu tenho uma visão instrumental da política. Não vejo a política como um fim em si mesmo. Vejo-a como um modo de acelerar as transformações sociais. Se a sociologia me permite ter uma consciência muito aguda das desigualdades sociais, dos modos de dominação e de exploração mas também daquilo que é possível os agentes sociais fazerem, isto é, da sua capacitação, do seu empoderamento, das lógicas de emancipação, eu acho que a ligação é fatal, a ligação é muito forte.*

O depoimento de outro entrevistado ilustra por sua vez a perspetiva weberiana sobre “o político e o cientista”: *O que é os distingue? A sociologia é o conhecimento, a política é a ação, é a decisão. Para dizer em palavras breves.* Esta visão não a impede porém de recusar traçar uma fronteira entre conhecimento e intervenção: *A sociologia é uma disciplina da modernidade, digamos assim, que procura explicar... Compreender e explicar as sociedades modernas, podemos dizer do século XIX para cá e surge, quando*

penso em Durkheim, ou Weber ou mesmo Parsons, são três autores fundadores, clássicos que vocês estudam nos primeiros anos, não é? E verificarão que há na própria matriz fundadora da sociologia preocupações que são preocupações semelhantes às da intervenção.

Em relação à *forma de identificação*, quando questionados sobre “se tiver que optar, considera-se (ou considerava-se) sociólogo ou político?”, cada um dos entrevistados deu uma das quatro hipóteses possíveis: sociólogo, político, ambos e nenhum. O entrevistado do BE considera-se “interiormente um sociólogo por outros meios”, a entrevistada do PSD, considera-se política, argumentando que assim tem mais capacidade de poder agir, a entrevistada do PS considerava-se simultaneamente socióloga e política, uma vez que pode verificar-se uma coexistência de múltiplos papéis, argumentando que é “uma socióloga que esteve transitoriamente num cargo político”, e a entrevistada do PCP não se considera uma coisa nem outra, mas sim uma “comunista militante”. Um dos entrevistados racionaliza, de forma particularmente esclarecedora, a forma como se estabelecem os papéis dos sociólogos na atividade política, destacando as questões éticas subjacentes às fronteiras entre a sociologia e a política: *A política de alguma maneira é, foi para mim, a continuação da sociologia, por outros meios e por outras palavras e por outros discursos, mas nunca deixei de ser um sociólogo a fazer política, embora tentasse sempre não reivindicar o estatuto de sociólogo, porque não era correto. Ao fazer política não estou a fazer pesquisa nem estou a fazer ciência, nem devo usar a autoridade do cientista para legitimar o meu discurso político. Mas eu sentia que estava a fazer sociologia por outros lados.* Esta ideia está presente no Código Deontológico elaborado pela Associação Portuguesa de Sociologia (APS), nomeadamente ao exprimir:

"O estatuto profissional do sociólogo impõe uma postura de maior isenção possível. Implica nomeadamente procurar um relacionamento equilibrado com os diversos atores sociais, individuais ou coletivos, envolvidos no contexto da sua prática. Exclui ainda quaisquer utilizações abusivas da sua posição profissional, a qual não deve ser utilizada como falso pretexto para fins alheios à profissão de sociólogo nem, em geral, para fins fraudulentos." (APS, 1992, pp. 5)

A maioria dos entrevistados não “realizou nenhum trabalho de natureza sociológica em simultâneo com a atividade política”, nessa ocasião, enquanto se está a exercer o cargo político, a atividade sociológica situa-se em segundo plano e, por norma, fica interrompida. Apenas um dos entrevistados manteve uma atividade académica e

científica intensa enquanto exerceu o cargo de deputado, pois além de lecionar, escreveu dois livros e vários artigos científicos, preparando ainda as suas provas de agregação.

Quando interrogados sobre como encaram a *sociologia, enquanto dimensão académica ou enquanto prática profissional*, os ex-detentores de cargos políticos e que atualmente trabalham exclusivamente em sociologia defendem que a sociologia é uma “hibridação” dos dois e não são exclusivos, uma vez que é uma disciplina académica de base científica e pode gerar diferentes perfis profissionais, fazendo a ligação sociologia-ciência-profissão. Os entrevistados detentores atuais de cargos políticos dividem-se nesta pergunta. Uma considera que é académica, pois os sociólogos não têm carreira profissional, outra que é prática profissional, porque quem escolhe o curso de sociologia quer fazer dela a sua profissão.

Nota-se assim uma clara diferença entre as respostas dos detentores e ex-detentores de cargos políticos relativamente a questões mais sociológicas. A resposta dos ex-detentores de cargos políticos, que atualmente trabalham em sociologia, reforçam e ideia de António Firmino da Costa (2004), segundo a qual é a articulação entre a ciência, a profissão e a formação que cria a própria sociologia, apesar de estas vertentes terem dinâmicas próprias, elas não existem umas sem as outras. Portanto, os entrevistados ex-detentores de cargos políticos estão mais em contacto com as perspetivas sociológicas, no sentido em que têm um pensamento mais académico sobre a sociologia, comparativamente aos entrevistados que atualmente são detentores de cargos políticos.

Sobre a *possibilidade futura de voltar a exercer atividade política ou sociológica*, consoante os casos, os ex-detentores de cargos políticos não descuram a hipótese de voltar a trabalhar na política, afirmando que depende das oportunidades e desafios que surgirem. Os atuais detentores de cargos políticos dividem-se: por um lado, uma entrevistada afirma que gostava muito de voltar a trabalhar em sociologia, mas que também quer ter estabilidade financeira e, segundo a mesma, há poucas hipóteses atualmente de se conseguir ter estabilidade financeira a trabalhar em sociologia, em Portugal. A outra entrevistada afirma que em princípio não quer trabalhar em sociologia, uma vez que não sente muita vocação para ser socióloga.

Conclusões

Apesar de se tratar de um estudo qualitativo aplicado a um grupo restrito cujos resultados não são generalizáveis, os dados recolhidos no contexto deste trabalho são reveladores do modo como a formação em sociologia influencia a atividade política. Considerando o depoimento dos entrevistados, todos reconhecem essa influência, quer em termos teóricos, permitindo a utilização de recursos bibliográficos (artigos e estudos sociológicos), relacionar assuntos, sistematizar e comparar realidades, quer em termos instrumentais, como por exemplo através do recurso à estatística.

Contudo, essa influência é distinta consoante as diferentes representações sobre a atividade política e à própria sociologia, as quais se distinguem, sobretudo, em função dos partidos políticos dos entrevistados e da atividade que ocupam atualmente (sociologia ou política, consoante os casos).

Deste modo, uma primeira diferença verifica-se entre os entrevistados dos partidos situados na órbita da governação e os entrevistados dos partidos situados na esfera da oposição. Sobre os acontecimentos e experiências marcantes, os primeiros salientam fatores pragmáticos relacionados com medidas concretas e, ao invés, os segundos salientam a transformação e a radicalização do discurso político “contra a corrente”. A diferença entre os dois segmentos também se manifesta quando é feita a distinção entre os sociólogos e os políticos, em que os entrevistados dos partidos “potencialmente governamentais” defendem que cabe aos políticos decidir e aos sociólogos produzir conhecimento, enquanto os entrevistados dos partidos “potencialmente da oposição” recusam esta perspectiva, defendendo que compete à sociologia transformar o mundo pela sua ação e pelo conhecimento que detém. Contudo, apenas uma das entrevistadas salienta que a sociologia também utiliza a política ao ter intervenção política, enquanto os restantes tendem a defender que os políticos utilizam a sociologia.

Outra diferença verifica-se entre os que ocupam atualmente cargos políticos e os que já ocuparam cargos políticos, mas presentemente exercem atividade académica. Os primeiros relacionam a sociologia com a “chamada de atenção” para determinadas causas e os segundos enfatizam a ligação “fatal” e muito estreita entre a sociologia e a política. Relativamente aos fatores comuns entre os sociólogos e os políticos, os que ocupam atualmente cargos políticos enfatizam questões mais instrumentais e os que hoje exercem

na academia salientam a análise da sociedade bem como a intervenção e a ação sobre a sociedade, evidenciando, por outro lado, um pensamento mais académico sobre a sociologia. Outra distinção interessante reporta-se à possibilidade futura de voltar a exercer a “outra” atividade (política ou sociológica, consoante os casos), enquanto os ex-detentores de cargos políticos que lecionam/ investigam na universidade não descuram a hipótese de voltar a trabalhar na política, os atuais detentores de cargos políticos têm uma posição mais hesitante em voltar à sociologia, invocando, num e noutro caso, razões relacionadas com a dificuldade em exercer sociologia. É interessante verificar, igualmente, que os entrevistados que exercem atividade académica apontam motivos marcadamente sociológicos para a escolha do curso de sociologia, seja o desafio de criar uma nova ciência em Portugal, seja o sentido crítico e desmistificador da sociologia, enquanto os detentores atuais de cargos políticos salientam razões que se situam mais no âmbito da intervenção social do que propriamente na análise sociológica, como é o caso da intervenção política e social e do voluntariado.

Referências bibliográficas

- Associação Portuguesa de Sociologia (1992), Código Deontológico, Lisboa, APS
- Costa, A. F. (2004), "Será a sociologia profissionalizável?", em Gonçalves M.C. e outros (orgs.), *Sociologia no Ensino Superior: Conteúdos, Práticas Pedagógicas e Investigação*, Porto, FLUP.
- Machado, F.L. (1996), "Profissionalização dos sociólogos em Portugal: contextos, recomposições e implicações", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, pp. 43-103.
- Nunes, A. S. (1972), “Materiais de uma experiência pedagógica: sobre o problema do conhecimento nas ciências sociais”, *Análise Social*, 9 (35-36), pp. 790-856.

